



01 de Abril de 2005

## Atlas das Cidades de Portugal – Volume II

2004

### METADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM CIDADES CONCENTRADA EM APENAS 14 DAS 141 CIDADES

Apesar das disparidades ao nível da dimensão populacional das cidades, o espaço das cidades apresenta (em média) especificidades face ao restante território. Quando comparadas com a média nacional, as cidades registam um maior dinamismo ao nível do saldo fisiológico, uma menor taxa de analfabetismo, maior participação no ensino superior e uma maior taxa de desemprego.

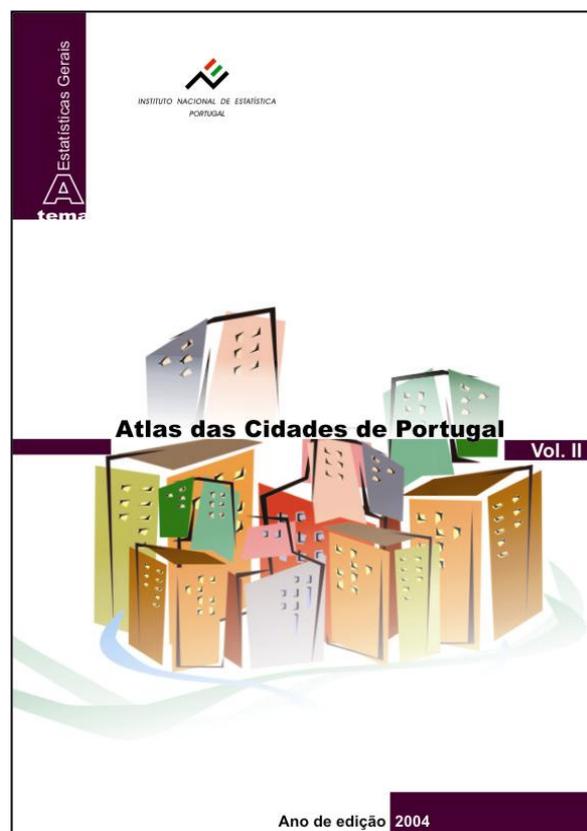
#### Cerca de 40% da população portuguesa residia em cidades

As 141 cidades portuguesas (à data de Dezembro de 2004) concentravam aproximadamente 4 milhões de indivíduos, 39% da população recenseada no país em 2001. Estas cidades ocupam apenas 2% do território nacional e registavam uma densidade populacional média de 2.187 hab/Km<sup>2</sup>, quase vinte vezes superior à média nacional.

Contudo, a taxa de crescimento da população, entre 1991 e 2001, para a média das cidades (3,9%) ficou aquém do crescimento verificado para o conjunto do território nacional (5,0%), o que indicia um fenómeno de despovoamento dos centros de algumas cidades, sobretudo as de grande dimensão, como é o caso de Lisboa e Porto.

Cerca de metade da população residente em cidades estava concentrada em 14 cidades com mais de 50 mil habitantes, sendo que 8 destas detinham mais de 100 mil habitantes (Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia, Amadora, Braga, Almada, Coimbra e Funchal). A enorme disparidade ao nível

da dimensão populacional destas unidades territoriais é igualmente visível na diferença entre as cidades mais e menos populosas (Lisboa com 564 657 e Santana com 1 336 habitantes).



O conjunto de indicadores disponibilizados neste 2º volume do Atlas das Cidades de Portugal permite, não só ter uma visão integrada da situação demográfica das cidades, como também aferir das especificidades das cidades face ao restante território.

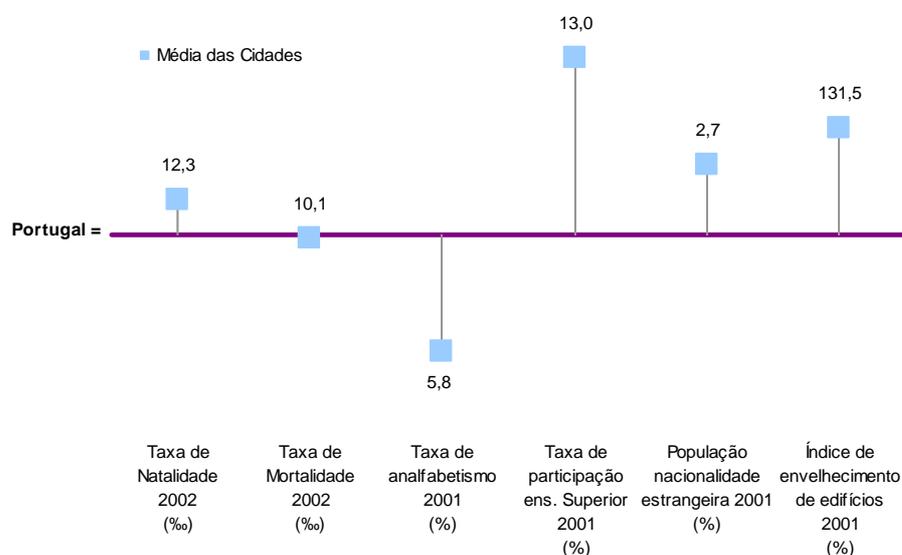
### As cidades enquanto territórios de maior dinamismo ao nível do saldo fisiológico...

Face ao território nacional, as 141 cidades em análise apresentavam-se, em média e em 2002, como territórios com saldos fisiológicos superiores, fruto de maiores taxas de natalidade e menores taxa de mortalidade. Revelavam-se ainda, em 2001, territórios mais jovens, quer avaliados pela proporção de jovens (menos de 15 anos), quer pelo índice de envelhecimento (rácio entre a população com 65 ou mais anos e a população com menos de 15 anos).

A maior qualificação académica, medida por uma menor taxa de analfabetismo e por uma taxa de participação no ensino superior, é outra das especificidades da população das cidades face à média nacional.

Em termos médios, as cidades observam uma percentagem de população estrangeira ligeiramente superior à registada para a média nacional. Enquanto no país a população de nacionalidade estrangeira representa cerca de 2,2% da população residente, para a média das cidades esta percentagem sobe para 2,7%.

Figura 1 – A média das cidades em comparação com Portugal



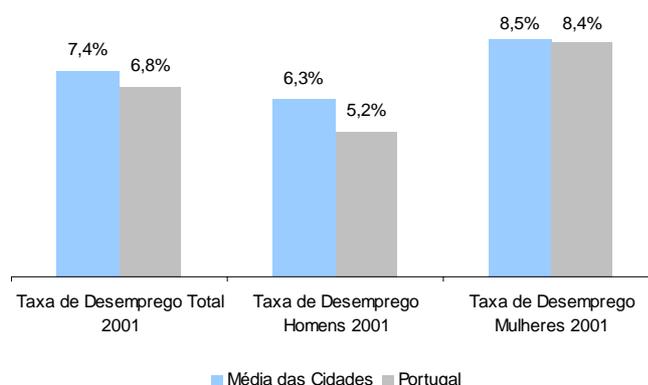
O parque habitacional das cidades encontra-se relativamente mais envelhecido face à média do parque habitacional nacional. Esta constatação deriva: por um lado, do papel das cidades enquanto focos do fenómeno da urbanização, o que se traduz num peso significativo de edifícios antigos (e.g. em cidades como Lisboa, Porto Barreiro e Vila Franca de Xira o número de edifícios construídos antes de 1945 é mais de seis vezes superior aos construídos após 1991); por outro lado, da expansão periurbana das cidades induzir fortes dinâmicas de construção que extravasam os limites das cidades tal como estes foram definidos.

### ... e com maior incidência do fenómeno do desemprego

A incidência do fenómeno do desemprego na população residente em cidades era ligeiramente superior à registada no país, 7,4% vs. 6,8%. Esta disparidade era superior na mão-de-obra masculina (mais 1,1 pontos percentuais) do que na feminina (apenas mais 0,1 pontos percentuais).

O desemprego ultrapassava, inclusivamente, o limiar dos 10% nas cidades de Porto, Barreiro, Vila Nova de Santo André, Moura, Valpaços e Serpa.

Figura 2 – Taxa de Desemprego em 2001



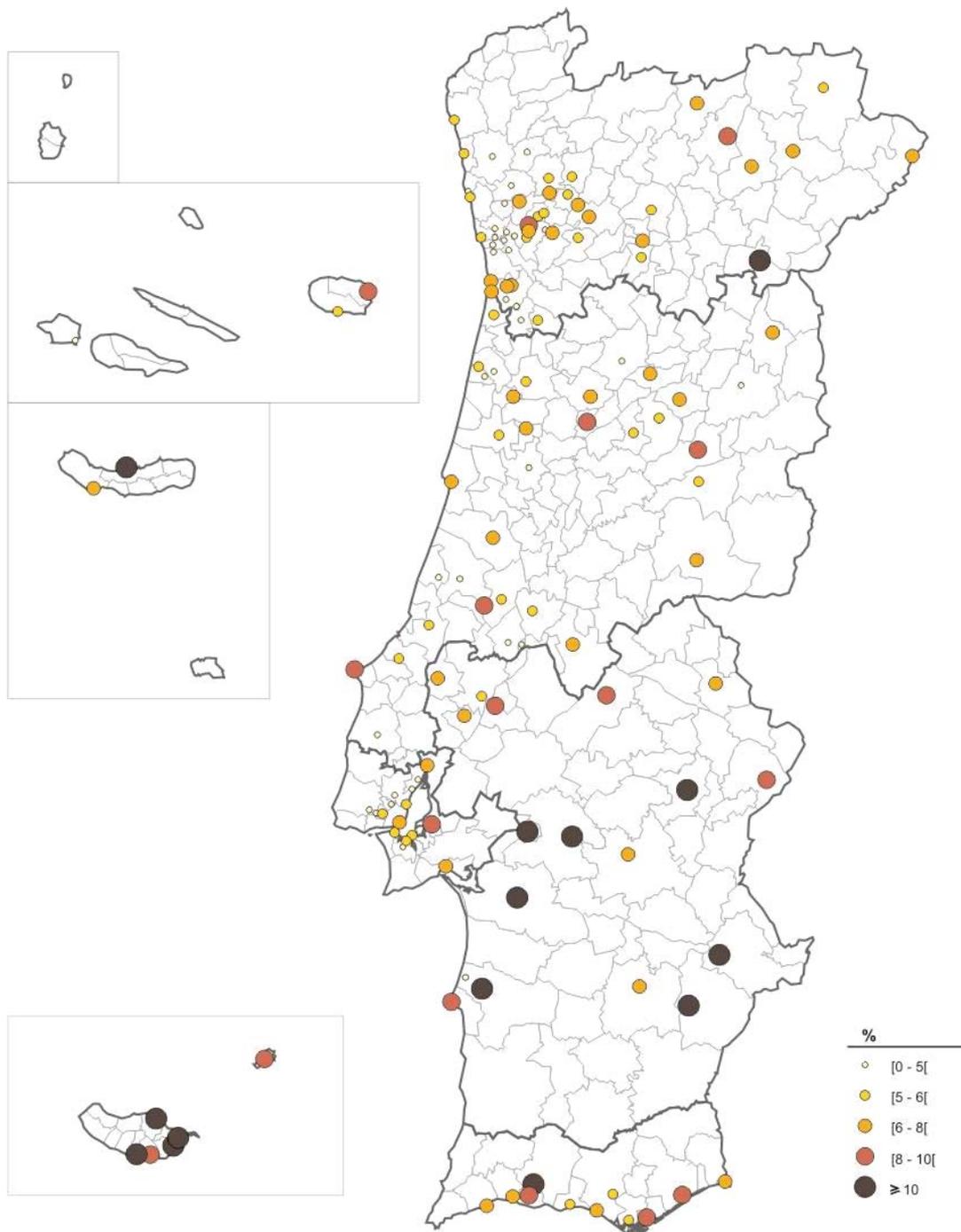
### Dicotomias mais marcantes do território português retratadas nas cidades

As cidades enquanto pólos de concentração populacional e de actividade económica condicionam fortemente as características dos territórios onde se inserem. Neste sentido, também elas reproduzem as dicotomias mais marcantes do território nacional.

Se é nos indicadores sociais e demográficos que se torna mais evidente o contraste entre, por um lado, as cidades do interior e do litoral do país e, por outro, as cidades das ilhas e do Continente, já nalguns indicadores de actividade económica se realça ainda a dicotomia norte/sul do país.

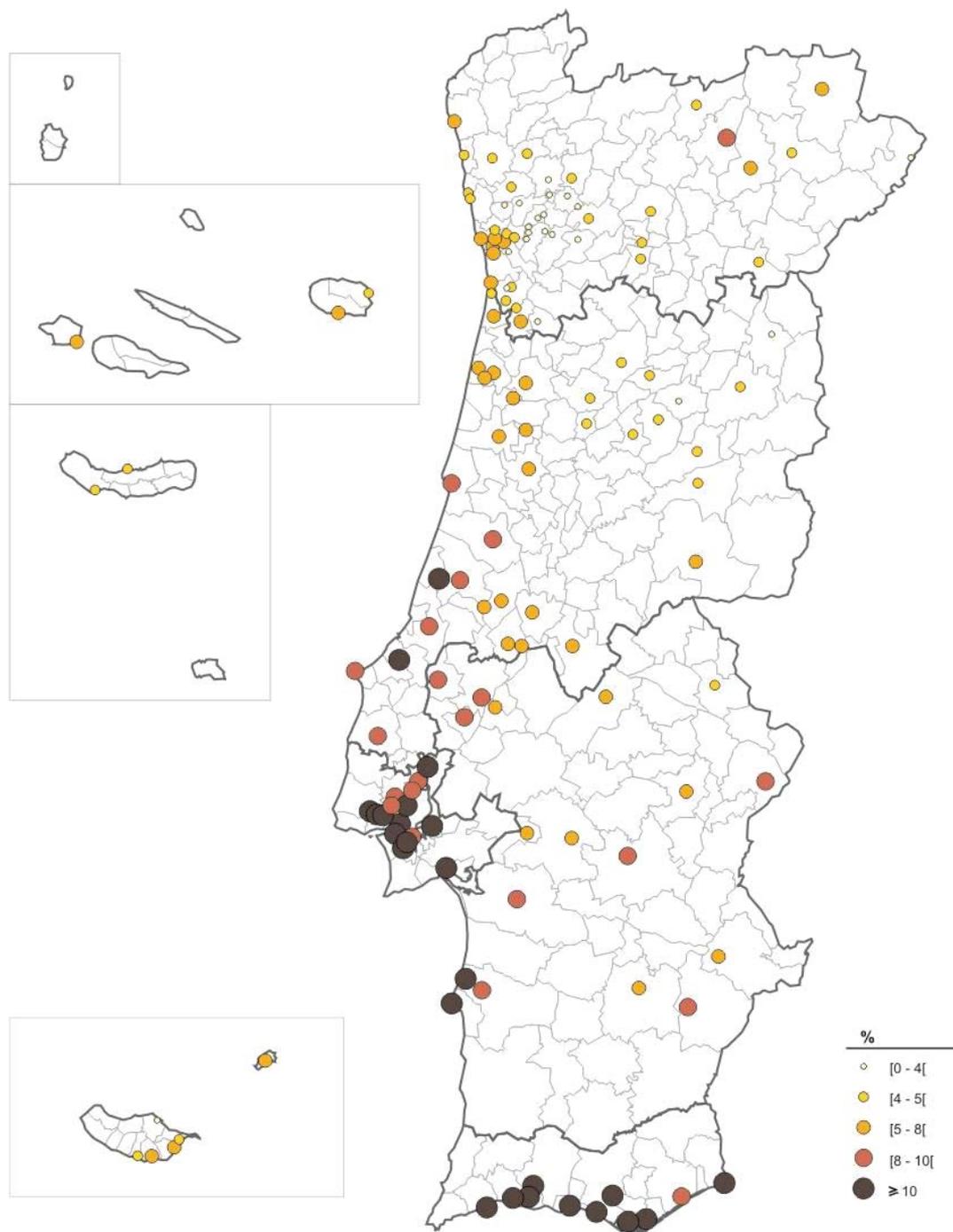
Observa-se que, em termos demográficos, é nas cidades do litoral que se concentram as maiores taxas de natalidade e menores índices de envelhecimento. Esta dicotomia é também visível se analisarmos alguns indicadores de natureza social, nomeadamente a taxa de analfabetismo que regista valores mais elevados nas cidades do interior do país. A taxa de participação no ensino superior sendo mais elevada nas cidades do litoral assume também grande importância nas capitais de distrito, o que poderá resultar de nestas se localizarem importantes universidades e institutos politécnicos.

Figura 3 – Taxa de Analfabetismo em 2001



Já no que respeita à formalidade das relações conjugais observa-se um contraste entre o norte e o sul do país. É nas cidades do sul do país que as relações conjugais tendem a ser mais informais, registando-se uma maior percentagem de pessoas casadas sem registo.

Figura 4 – Proporção de pessoas casadas sem registo no total de pessoas casadas em 2001





### **Atlas das Cidades de Portugal - Volume II**

O segundo volume do “Atlas das Cidades de Portugal” pretende dar continuidade ao processo de divulgação de informação sobre importantes espaços urbanos do país. Este segundo volume suporta-se essencialmente no manancial de informação definitiva disponibilizada pelos Censos 2001, ao nível da subsecção estatística (ponto de partida na delimitação das cidades), muita dela ainda indisponível ou provisoriamente disponível à data do primeiro volume. A restante informação apresentada é desagregada geograficamente apenas ao nível da freguesia, tendo-se recorrido a métodos de imputação para apurar o valor da cidade em termos estatísticos.

Paralelamente, constituiu ainda objectivo fundamental desta publicação a apresentação de uma análise integrada das cidades facilitando uma leitura comparativa entre elas. Para esta forma de abordagem foram construídos mapas nacionais com a representação de todas as cidades, *rankings* de performance ou ainda gráficos com o posicionamento relativo da cidade face a Portugal e à média das cidades para os principais indicadores.

O objecto de análise desta publicação é o universo das 141 cidades portuguesas existentes a 31 de Dezembro de 2004, data da finalização do seu conteúdo.

#### **O que é a cidade estatística?**

A cidade estatística é a delimitação para efeitos estatísticos das cidades portuguesas, efectuada em parceria e com o aval das Câmaras Municipais, e que corresponde, na maioria dos casos, ao ajustamento do perímetro urbano consagrado nos instrumentos jurídicos de ocupação de solos às subsecções estatísticas utilizadas pelo INE na Base Geográfica de Referência da Informação (BGRI). Nos casos em que o perímetro urbano não estava definido recorreu-se, em primeiro lugar, ao conjunto das classes de espaço: áreas urbanas ou urbanizadas, áreas urbanizáveis e espaços verdes cuja proximidade e relação social, lúdica e paisagística com os espaços urbanos assim o justificava. Não sendo possível utilizar as classes de espaço partiu-se da delimitação do lugar cuja designação nos Censos coincidia com o das cidades, alterando-se, em conjunto com a Câmara, a sua delimitação em função da análise da dinâmica do território. As áreas industriais, as áreas portuárias, os aeroportos ou outras áreas de interesse económico localizadas nas zonas circundantes foram também incluídas no perímetro das cidades dadas as fortes relações funcionais que com elas estabelecem. Quando o ajustamento à subsecção estatística não mereceu a aprovação da Câmara Municipal a solução foi considerar uma linha imaginária do perímetro como limite da cidade naquela zona, contabilizando-se a informação estatística da subsecção atravessada pela linha imaginária apenas quando a maior parte da população residia na área incluída e apoiada na linha imaginária.